

Frente Parlamentar lutará pelo fim do trabalho escravo

Na sessão especial que discutiu ontem a questão do trabalho escravo no país, o senador José Nery anunciou a formação de uma frente parlamentar com 195 deputados e 55 senadores. Nos últimos 15 anos, foram resgatados mais de 36 mil trabalhadores nessa situação. **8**

Waldemir Rodrigues



Senadores Marconi Perillo (C) e José Nery (D) ouvem o frei Henri Des Roziers na sessão especial sobre o combate ao trabalho escravo

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVI – Nº 3.171 – Brasília, quinta-feira, 11 de fevereiro de 2010

Sob protestos do governo, CCJ convoca Dilma Rousseff

Debate sobre plano de direitos humanos inclui convite ao presidente do STF, Gilmar Mendes, e ao jurista Ives Gandra



José Cruz

O líder do bloco de apoio ao governo, Aloizio Mercadante, condenou o processo de votação e anunciou recurso ao Plenário contra a decisão da CCJ de convocar a ministra-chefe da Casa Civil

A inquietação que o Plano Nacional de Direitos Humanos 3 pode trazer ao setor rural foi o motivo dado pela senadora Kátia Abreu para convocar

a ministra a debater o assunto. Agora, Dilma tem 30 dias para comparecer à comissão. O líder do Bloco de Apoio ao Governo, Aloizio Mercadante, afirma que o processo de votação atropelou

normas regimentais e recorreu ao Plenário. Segundo Eduardo Suplicy, a convocação de Dilma para debater um plano que não foi elaborado na Casa Civil equivale a convocar o ministro

de Minas e Energia para falar sobre saúde. Demostenes Torres, na presidência da CCJ, manteve a posição de levar à frente a votação que o senador petista contestava. **3**

Romeu Tuma relata homenagem a militares mortos no Haiti **4**

Busca da polícia por menor desaparecido deve ser imediata **6**

Jonas Pereira



Alvaro apresenta questão de ordem para anular decisão; Valadares alega que não era preciso computar votos do Senado

Oposição questiona votação que manteve vetos

A votação do Congresso que manteve os dois vetos ao Orçamento de 2010 foi alvo de polêmica ontem, no Plenário. Oposição e governo fizeram leituras diferentes do regimento em relação ao fato de que apenas



Jonas Pereira

na Câmara havia quórum para deliberar. Alvaro Dias apresentou questão de ordem para que a votação seja anulada. Antônio Carlos Valadares disse que não era necessário computar os votos do Senado. **5**

Porte de arma a oficial de justiça e perito do INSS

Aprovado pela Comissão de Justiça, projeto que também garante porte de arma ao defensor público e ao auditor do trabalho vai à Comissão de Relações Exteriores. **7**

Jarbas Vasconcelos dirigirá reforma administrativa

O senador vai presidir a subcomissão temporária criada para tratar do assunto. Antônio Carlos Valadares será o vice-presidente e Tasso Jereissati, o relator. **2**

Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa irá definir mudanças na estrutura do Senado. Expectativa de senadores é que relatório não demore a sair



Jarbas (E) vai presidir subcomissão, que terá ACM Júnior no papel de sub-relator, Valadares no de vice e Jereissati como relator

Jarbas estará à frente da reforma administrativa

POR ACLAMAÇÃO, FOI eleito ontem para a presidência da Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). O colegiado integra a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e foi criado para definir mudanças na estrutura administrativa do Senado. Também sem necessidade de uma votação formal, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) foi escolhido vice-presidente. Jarbas indicou o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) para desempenhar a função de relator e Jereissati convidou Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) para ocupar a sub-relatoria.

O presidente da CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO), que conduziu a reunião até a escolha de Jarbas Vasconcelos, informou que encomendou à assessoria da comissão um quadro comparativo entre o modelo atual do Senado, a proposta de reforma da Fundação Getúlio Vargas e o projeto de reestruturação divulgado em dezembro pela Mesa. O material, que começou a ser distribuído entre os senadores, será liberado hoje

para a imprensa.

Apesar de considerar que, por sua importância, o trabalho da subcomissão não pode ter seu tempo de funcionamento limitado, Demostenes Torres sugeriu que fosse feito um esforço a fim de que o relatório possa ser finalizado até o final de março. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) propôs que a reforma administrativa do Senado seja dividida em etapas para que os temas menos complicados possam ser apreciados antes dos demais.

– O trabalho dessa subcomissão será muito importante. Houve um movimento para tentar votar em dezembro. Recebemos a reforma em uma quarta para votar na sexta-feira, sem que a maioria dos senadores tivesse sequer lido. Por bem, enviaram a matéria para a CCJ. Agora não deve haver prazo para a entrega do relatório, mas isso deve ocorrer o mais breve possível – disse Simon.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comentou que a proposta apresentada pela Fundação Getúlio Vargas deve ser analisada em profundidade e, com bom senso, aperfeiçoada.

Técnicos da FGV vão explicar proposta

A primeira decisão de Jarbas Vasconcelos como presidente da Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa foi agendar para o dia 23 de fevereiro, às 10h, uma audiência pública com a participação da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os técnicos da FGV responsáveis pela elaboração da proposta de reforma administrativa do Senado vão esclarecer as dúvidas dos senadores sobre o documento.

Ao concordar com a medida, o relator da subcomissão, Tasso Jereissati, opinou que, se a intenção for fazer um trabalho em profundidade, os senadores terão que enfrentar interesses corporativos, pessoais e políticos. Ele também esclareceu que sua tarefa será a de relatar o que se tornar consenso entre os membros da subcomissão.

– Se não conseguirmos consenso, estaremos perdendo tempo. A tarefa é muito difícil, mas nós vamos tentar recuperar a credibilidade da instituição – disse Jereissati.

Parlamentar poderá perder benefício previdenciário

O parlamentar que tiver seu mandato cassado ou que renunciar para frustrar processo destinado a cassação ficará impedido de receber benefício previdenciário previsto na lei que extinguiu o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC).

Essa é a regra prevista em projeto de lei (PLS 329/05) do senador Pedro Simon (PMDB-RS) aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta será votada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Simon propôs a inclusão, na lei que extinguiu o IPC (Lei 9.506/97), da exigência de uma postura mínima condizente com a ética e o decoro parlamentar para que o congressista ou seus legatários tenham direito ao

benefício da aposentadoria ou pensão.

“É impensável, ilegítimo e inadmissível que um parlamentar que tenha tido seu mandato cassado, ou que tenha renunciado ao mesmo por estar sujeito a cassação, possa usufruir de um substancial subsídio, sendo que não houve a recíproca do comportamento de respeito à coisa pública e à vontade de seus representados”, afirma Simon na justificativa do projeto.

Relator do PLS 329/05, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) recomendou a aprovação da proposta, com duas emendas. Para ele, o momento vivido pelo Legislativo brasileiro exige, “até como questão de sobrevivência institucional, a adoção de medidas moralizadoras em todas as áreas de atividade do Parlamento”. As emendas apresentadas

por Alvaro Dias modificaram a lei que extinguiu o IPC para: impedir a aposentadoria do parlamentar que, submetido a processo que possa levar à perda do seu mandato por ato ou omissão envolvendo recursos públicos, apresente renúncia; cassar a aposentadoria concedida pelo IPC ao ex-parlamentar que venha a ser condenado definitivamente por ato lesivo ao erário, cometido durante seu mandato; e assegurar ao ex-parlamentar, nos casos previstos acima, a contagem do tempo de contribuição do IPC para o Regime Geral de Previdência Social (Lei 8.213/91).

Pouco antes da aprovação da proposta, Simon elogiou a alteração feita pelo relator no texto original, enquanto Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou seu voto a favor do projeto.

Acordo viabiliza reconhecimento de diplomas no Mercosul

Os países que integram o Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – estão mais próximos de garantir o reconhecimento mútuo dos certificados de conclusão de cursos de graduação. A medida consta de acordo firmado em junho de 2008 pelo bloco e países associados, que recebeu ontem parecer favorável da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul).

O Acordo sobre a Criação e Implementação de um Sistema de Credenciamento de Cursos de Graduação para o Reconhecimento Regional da Qualidade Acadêmica dos Respectivos Diplomas no Mercosul e Estados Associados foi assinado na cidade argentina de Tucumán, durante a 35ª reunião do Conselho do Mercado Comum. Depois de obter parecer favorável da representação, o texto tramitará em regime de urgência na Câmara e no Senado.

O acordo estabelece um dispositivo de credenciamento definitivo dos cursos de graduação no Mercosul, baseado na avaliação do Mecanismo Experimental de Credenciamento, que foi aplicado em cursos de agronomia, engenharia e medicina, com resultados considerados satisfatórios. O novo mecanismo se chamará Sistema de Credenciamento Regional de Cursos de Graduação dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados (Arcu-Sur) e incluirá diplomas indicados pelos ministérios de Educação dos países envolvidos.

Segundo a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), que leu parecer à Mensagem Presidencial 974/08 submetendo o acordo ao Congresso Nacional, até o momento apenas a Argentina já o ratificou. Para que entre em vigor, ainda será necessário que os legislativos de Brasil, Paraguai e Uruguai o aproveem.

– O acordo facilitará a movimentação de pessoas e pode ser considerado uma antiga aspiração de todos os países do Mercosul.

Outros acordos

A representação aprovou ainda a Mensagem 669/07, que submete ao Congresso o documento de criação do Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul, firmado em agosto de 2006 por representantes dos quatro países do Mercosul, além da Bolívia e do Chile. Sérgio Zambiasi (PTB-RS), ao ler o parecer favorável, informou que a criação do comitê destina-se a ampliar ações de prevenção e controle de sanidade animal e vegetal.

A Mensagem 405/09 submete ao Legislativo a aprovação do Acordo de Serviços Aéreos entre o Brasil e o Uruguai, firmado em Brasília em março de 2009. A Mensagem 949/09, que trata do Acordo sobre Tráfico Ilícito de Migrantes entre os Estados Partes do Mercosul, firmado em dezembro de 2004, em Belo Horizonte, também foi aprovada.

Todas as mensagens presidenciais aprovadas passarão a tramitar na Câmara e no Senado.



Zambiasi (E) e Marisa Serrano analisam acordos internacionais no Parlasul

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Pauta do Plenário permanece trancada

O Plenário reúne-se a partir das 14h. A pauta está trancada pela MP 469/09, que destina R\$ 2,17 bilhões aos ministérios da Saúde e dos Transportes; e pela MP 470/09, que prevê concessão de crédito de R\$ 6 bilhões para a Caixa. Também tranca a pauta projeto de lei (PLC 280/09) que dispõe sobre a formação de docentes para atuar na educação básica, tramitando em regime de urgência.

CRE examina indicação para CPLP

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) analisa, às 10h, a indicação de Pedro Motta Pinto Coelho para exercer o cargo de representante do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Ministra terá 30 dias para ir à comissão. Os outros dois debatedores, Gilmar Mendes e Ives Gandra, serão convidados, podendo comparecer ou não



Proposta de Kátia Abreu (de pé, com Marco Maciel) foi motivada pela repercussão negativa do plano entre os ruralistas. Governistas recorreram ao Plenário contra a comissão, presidida por Demostenes (D)



Fotos de José Cruz

CCJ convoca Dilma para debater direitos humanos

A CONVOCAÇÃO DA ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para falar sobre as medidas previstas no Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3) foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A decisão gerou protesto de senadores governistas, que se retiraram da reunião. O líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Aloizio Mercadante (SP), anunciou que recorrerá ao Plenário por avaliar que houve "um atropelo do regimento".

A iniciativa foi de Kátia Abreu (DEM-TO), que solicitou três audiências públicas "individualizadas" na CCJ sobre o PNDH-3. Além da ministra, que será convocada, participarão o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, e o jurista Ives Gandra, que serão convidados. A senadora justificou o debate afirmando que o plano poderá trazer grandes inquieta-

ções ao setor produtivo rural.

Críticas

A sugestão de convocação – que obriga a pessoa a comparecer, ao contrário do convite – da ministra foi questionada pelos governistas. Valdir Raupp (PMDB-RO) propôs que o nome de Dilma fosse substituído pelo de Paulo Vannuchi, ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, já que o PNDH-3 não teria sido elaborado na Casa Civil. Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que, em vez da ministra, fosse chamado o ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, dado que os outros convidados são juristas. Convocar Dilma para falar sobre aspectos jurídicos, segundo Suplicy, seria o mesmo que convocar o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, para falar sobre aspectos relacionados ao Ministério da Saúde.

Como Kátia Abreu se recusou a

aceitar as sugestões, Mercadante pediu a palavra como líder. No entanto, o presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), disse que não cabia, naquele momento da votação, a intervenção do líder. Citou o artigo 310 do Regimento Interno do Senado, pelo qual o encaminhamento de votação de requerimento é limitado ao signatário e a um representante de cada partido ou bloco parlamentar, salvo nas homenagens de pesar. Mercadante, por sua vez, valeu-se do inciso 3º do artigo 14 do mesmo regimento, segundo o qual o líder poderá fazer uso da palavra, uma vez por sessão, para discutir qualquer proposição, por dez minutos.

Demostenes manteve sua posição e Mercadante protestou, advertindo que a decisão do presidente da CCJ criaria um precedente grave – a possibilidade de cassação da palavra de um líder. Demostenes respondeu que o

RITO PARA CONFLITOS DESAGRADA PRODUTORES RURAIS

O decreto presidencial que aprovou o terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) provocou críticas dos produtores rurais representados pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). A principal delas é relacionada à institucionalização da mediação como ato inicial de conflitos agrários e urbanos, por meio de audiências coletivas com os envolvidos.

Tal mediação seria "preliminar à avaliação de concessão de medidas liminares, sem prejuízo de outros meios institucionais". Dessa forma, avaliam os produtores rurais,

as terras poderiam ser ocupadas por invasores que, de antemão, ficariam protegidos contra ordens judiciais no sentido de imediata reintegração de posse.

As audiências coletivas de conciliação contarão com a presença, além dos interessados, do Ministério Público, do poder público local, de órgãos públicos especializados e da Polícia Militar.

A criação de tal instância consta no "Objetivo Estratégico VI", relacionado ao acesso à Justiça no campo e na cidade. Ver www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm

artigo 310, por ser específico, derrubava o inciso 3º do artigo 14, que é genérico. Mercadante recorreu ao plenário da CCJ para ter o direito à palavra: seu recurso foi rejeitado por 9 votos a 3, enquanto o requerimento de Kátia Abreu foi aprovado logo depois

por 9 votos a 7. Mercadante voltou a protestar, afirmando que o que houve na reunião da CCJ foi "uma aberração", já que o líder não pôde falar e houve um "atropelo do regimento".

– Não reconhecemos a votação – declarou.

Decisão sobre a presidência da CE é adiada para dia 24

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) transferiu para o próximo dia 24 a votação de recurso do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), contra decisão da Mesa do Senado segundo a qual o cargo de presidente de comissão da Casa pertence ao partido, posição que foi aplicada ao caso do senador Flávio Arns (PSDB-PR). Ele deixou o PT no ano passado, quando presidia a Comissão de Educação (CE).

O relator, Demostenes Torres (DEM-GO), apresentou voto contra o recurso, citando os regimentos internos do Senado e da Câmara, a Lei Orgânica dos Partidos e caso precedente na Casa, segundo os quais o cargo de presidente de comissão pertence ao partido, conforme a proporcionalidade das bancadas, com a presidência sendo considerada vaga e o cargo preenchido mediante nova eleição. Ele concordou, contudo, com a proposta de Pedro Simon (PMDB-RS) para que se tente um acordo com Flávio Arns, evitando assim o constrangimento de votação da matéria. O líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), reforçou que seu partido não abrirá mão do cargo que lhe pertence.



Relator, Augusto Botelho (D) elogia projeto, que também traz maior segurança para os filiados aos seguros de saúde

Projeto melhora relações entre planos e médicos

O substitutivo do senador Augusto Botelho (PT-RR) a projeto que obriga operadoras de planos de saúde e prestadores de serviços – como médicos autônomos, clínicas, hospitais e laboratórios – a firmarem contratos escritos foi aprovado ontem, em turno suplementar, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto é da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) e recebeu decisão terminativa da comissão.

Para os prestadores de serviço, a exigência de contrato pode trazer, entre outros benefícios, a garantia de revisão periódica dos preços e o fim da prática do descredenciamento imotivado. Os usuários dos planos de saúde poderão contar com novas garantias nos casos em que se justificar o rompimento

da relação entre a operadora e o prestador de serviços.

– Hoje, há situação de instabilidade. Se a seguradora descredencia um hospital e tem um paciente internado lá, aquele paciente fica sem dono, jogado fora, e o paciente precisa ter segurança quando faz o seguro – ressaltou Augusto Botelho.

A proposta (PLS 276/04) atinge somente as pessoas físicas e jurídicas externas à rede própria da operadora, o que exclui os membros das cooperativas que operam planos de saúde, além dos profissionais diretamente empregados pela operadora e dos estabelecimentos próprios.

De acordo com o texto, quando a rescisão ocorrer por infração às normas sanitárias e houver paciente internado no hospital, a operadora deverá

providenciar a imediata transferência do doente para estabelecimento equivalente. Hoje, a legislação determina apenas que o estabelecimento continue a manter o paciente internado e que a operadora assuma os custos até a alta.

A medida, que altera a Lei dos Planos de Saúde (Lei 9.656/98), prevê que o contrato descreva os serviços contratados e seus valores, além de critérios, forma e periodicidade de reajustes. Emenda do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), também aprovada pela CAS, estabelece periodicidade anual e o reajuste dentro de 90 dias do início de cada ano-calendário. Caso o prazo vença sem que haja reajuste, o índice será definido pela Agência Nacional de Saúde (ANS).

Deficientes devem ter apoio de centros de convivência

A criação de centros de convivência para pessoas com deficiência é o que determina projeto de autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta será agora examinada, em caráter terminativo, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Conforme o projeto (PLS 249/09), que altera a lei que trata do apoio às pessoas com deficiência (Lei 7.853/89), esses centros deverão ser incluídos entre as ações da administração pública voltadas para a assistência social.

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB), relator da proposta, argumenta no parecer que a oferta de atividades profissionalizantes nesses centros vai favorecer a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Os centros de convivência deverão atender deficientes a partir de 18 anos de idade e funcionarão nos dias úteis e em horário integral. A oferta de vagas nas unidades será compatível com a demanda da localidade em que estiverem instaladas, determina o projeto.



Senador lembra que Aquífero Guarani é um dos maiores do mundo

Neuto de Conto quer planejamento para aquífero

É necessário e possível, mas também urgente e inadiável, um planejamento mais racional e confiável com relação ao Aquífero Guarani, advertiu ontem Neuto de Conto (PMDB-SC). Ele defendeu a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), de proposta de emenda à Constituição (PEC 43/00) do então senador Júlio Eduardo e atualmente relatada por Renato Casagrande (PSB-ES).

A proposta trata da titularidade de águas subterrâneas e foi aprovada pela CCJ em 2001. Em 2005, no entanto, antes de ser votada em Plenário, teve seu reexame pedido por Aloizio Mercadante (PT-SP). Casagrande assumiu a relatoria em junho do ano passado e apresentou parecer favorável, mas desde julho de 2009 está reexaminando seu texto.

Neuto de Conto lembrou que o aquífero é um dos maiores sistemas do mundo.



Segundo senador, maioria das vagas foi para estudantes de fora do estado

Jefferson Praia apoia reitora do Amazonas

A reitora da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Márcia Mendes Silva, que quer rever a participação da instituição no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) depois que 55% das vagas da universidade foram ocupadas por estudantes de outros estados, recebeu ontem o apoio de Jefferson Praia (PDT-AM).

O senador considera o Enem uma solução importante para substituir os tradicionais vestibulares, mas entende que deve ser encontrado um caminho para garantir aos estudantes de cada estado acesso às universidades locais. Ele informou que a totalidade das vagas para medicina foi ocupada por estudantes de outros estados. Das 1.803 vagas, quase mil ficaram com candidatos de fora do Amazonas.

O Ministério Público Federal concordou com os estudantes amazonenses prejudicados e conseguiu na Justiça a suspensão das matrículas, disse.

Senador relata cerimônia realizada em Lorena (SP) e diz que soldados do batalhão local que integravam ou integram as forças da ONU no Haiti são exemplo para o Brasil

Tuma: homenagem a militares brasileiros mortos no Haiti

ROMEU TUMA (PTB-SP) registrou sua participação na cerimônia em homenagem aos militares brasileiros que faleceram no Haiti durante o terremoto que atingiu o país no início do ano. A cerimônia foi realizada em Lorena (SP), no 5º Batalhão de Infantaria Leve do Exército. Dez dos militares mortos no Haiti integravam esse batalhão.

O senador disse que, em discurso na cerimônia, homenageou os militares que serviam na cidade e prestou solidariedade

aos seus familiares.

Tuma ressaltou a bravura, a competência e o patriotismo dos soldados de Lorena que integraram ou ainda integram as forças de paz da Organização das Nações Unidas no Haiti e afirmou que eles são um exemplo para o Brasil.

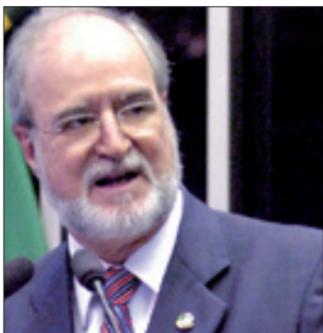
Em aparte, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) elogiou o pronunciamento do colega e associou-se à homenagem aos militares brasileiros mortos em serviço.



Romeu Tuma destaca competência, bravura e patriotismo dos soldados

General diz que nunca discriminou homossexuais

Em carta enviada a Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e lida ontem pelo senador em Plenário, o general Raymundo Nonato de Cerqueira Filho, indicado para integrar o Superior Tribunal Militar (STM), diz que nunca discriminou um militar por ser homossexual. Azeredo é o relator da indicação do general na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde Cerqueira Filho afirmou que a vida militar se reveste de determinadas características que podem não se ajustar ao comportamento do homossexual. O general também disse que o homossexual



Indicado ao STM, general enviou carta lida em Plenário por Eduardo Azeredo

não conseguiria comandar tropas, pois não seria obedecido.

Segundo Azeredo, o general confirmou, na carta, seu respei-

to à Constituição, aos direitos humanos e a qualquer tipo de opção sexual.

Em trecho lido pelo senador, o general afirma que não teve a intenção de discriminar, que nunca discriminou e que "cabe ao Ministério da Defesa, juntamente com as três Forças, estudar e, se for o caso, propor projeto de lei que permita o ingresso de homossexuais nas Forças Armadas, e ao Congresso Nacional sua aprovação, a exemplo do que é discutido e avaliado em vários países do mundo, inclusive nos EUA, a maior potência militar terrestre neste momento".

Recadastramento biométrico acaba em março, lembra Geovani

Geovani Borges (PMDB-AP) conclamou os moradores dos 50 municípios onde será testado o sistema de identificação dos eleitores pelas impressões digitais a se recadastrarem para as eleições deste ano, tendo em vista que o prazo determinado pela Justiça Eleitoral encerra-se no final de março.

O senador disse que muitos eleitores ainda não se submeteram ao recadastramento. Ele frisou que a identificação pelo sistema biométrico praticamente elimina o risco de fraude no mo-

mento da votação. A expectativa da Justiça Eleitoral é estender o sistema a todos os municípios brasileiros em oito anos.

O apelo do senador foi dirigido também a eleitores da cidade de Ferreira Gomes, a única do Amapá a participar da experiência da Justiça Eleitoral. O município conta com pouco mais de 4 mil votantes, mas até o presente momento pouco mais de 2 mil eleitores tomaram a iniciativa de se recadastrar, disse.

Geovani Borges explicou que os eleitores dos municípios



Sistema deverá ser estendido a todo o país em oito anos, diz o senador

selecionados que não fizeram o recadastramento biométrico não poderão participar das eleições, ficando ainda sujeitos ao cancelamento do título e a pagamento de multa.

Jayme Campos homenageia A Gazeta



Jayme Campos

O senador Jayme Campos (DEM-MT) homenageou ontem o Grupo *Gazeta de Comunicação* de Mato Grosso, formado por um jornal diário, duas emissoras de rádio e uma rede de televisão. O jornal *A Gazeta* completará 20 anos em maio próximo e acabou de inaugurar seu novo

parque gráfico, que custou R\$ 6 milhões. Com isso, disse o senador, será possível imprimir 35 mil exemplares de *A Gazeta* por hora.

Jayme Campos elogiou a trajetória do jornalista João Dorileo Leal, fundador do grupo, por seu "arrojo empreendedor" e "idealismo".

Virgílio denuncia atentado contra rádio



Arthur Virgílio

Ao denunciar que homens encapuzados invadiram e incendiaram, na segunda-feira passada, os estúdios da Rádio Nova Coari FM, no município de Coari (AM), o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) cobrou providências do Ministério da Justiça e da Polícia Federal

para o que classificou de "atentado à liberdade de imprensa".

– Gostaria de tomar conhecimento do resultado das investigações para saber se houve ou não conotação política. Foi uma barbárie – afirmou Arthur Virgílio.



Rosalba atribui mau resultado do Rio Grande do Norte ao caos na saúde

Rosalba lamenta recorde de mortes por gripe suína

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) relatou ontem a situação caótica em que se encontra a saúde no Rio Grande do Norte, apontado pela imprensa como campeão em mortes por gripe suína no Nordeste. Ela informou que já são 17 casos em apenas sete meses, em uma população de 3 milhões de habitantes.

– Ainda não se tem uma explicação para uma incidência maior em território potiguar. Isso mostra que a estrutura hospitalar está falida. Esse é um quadro que vem se repetindo nos últimos oito anos. O hospital regional de Açu não tinha um médico sequer. Esse é o estado da saúde pública – lamentou.

Rosalba comparou a situação com a de outros estados, como a Bahia, que, para uma população de 14 milhões, registrou 14 óbitos causados pela gripe suína, e Pernambuco, com 8,8 milhões de habitantes e apenas seis óbitos.

A senadora afirmou ter alertado o ministro da Saúde em novembro do ano passado, quando 70 casos e nove mortes já haviam ocorrido no Rio Grande do Norte. Segundo ela, o ministro disse estar preocupado com a "situação singular" do estado e, questionado sobre a disponibilidade das vacinas prometidas, explicou que seriam necessários seis meses para fabricá-las.

ACIR SUGERE COMISSÃO PARA MELHORAR ENSINO

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) sugeriu ontem que uma comissão formada por senadores, deputados e representantes dos estados e municípios seja criada para apresentar propostas de mudanças a fim de melhorar o sistema educacional brasileiro.

Ele lamentou que as pesquisas feitas apontem grande déficit educacional no país.

MÃO SANTA ELOGIA DECISÃO DE SERRA

O senador Mão Santa (PSC-PI) parabenizou o governador José Serra por ter concedido ao salário mínimo vigente no estado de São Paulo um aumento acima do nacional. Para o senador, isso é uma valorização do trabalhador.

Em São Paulo, o salário mínimo passará para R\$ 560, enquanto no resto do país é de R\$ 510.

Sarney vai à posse de novo ministro

Ao lado dos presidentes da Câmara, Michel Temer, e do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, o presidente do Senado, José Sarney, compareceu ontem à posse de Luiz Paulo

Barreto no cargo de ministro da Justiça.

Funcionário de carreira do ministério, Barreto assume o lugar de Tarso Genro, que se afasta para disputar o governo

do Rio Grande do Sul.

Em seu discurso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva avaliou que, agora, a estrutura do órgão é mais profissional.

– Luiz Paulo é um companhei-

ro concursado, que está há 26 anos no ministério. Então, não tem por que a gente não confiar a um homem de carreira a função de ser ministro da Justiça – disse.

Burocracia federal prejudica prefeitos, diz César Borges

Concentrar a liberação de recursos para as emendas parlamentares ao Orçamento nos últimos dias de cada ano gera transtornos e, muitas vezes, inviabiliza o repasse do dinheiro aos municípios, alertou ontem o senador César Borges (PR-BA). Ele pediu sensibilidade e compreensão aos ministros da Fazenda e do Planejamento para que se organizem a fim de empenhar os recursos antecipadamente.

– O tempo exíguo que resta para as prefeituras, quando o empenho é feito no final do ano, muitas vezes inviabiliza a garantia do recurso. Isso porque a falta de documentos ou alguma inadimplência do município com o estado ou a União, que com mais alguns dias poderia ser resolvida, são motivos suficientes para que os recursos deixem de ser empenhados, comprometendo todo o esforço dos parlamentares – afirmou César Borges.

Outro motivo que está entrando na liberação das verbas destinadas aos municípios, segundo o senador, é a falta de estrutura da Caixa Econômica Federal para gerenciar o número de contratos. Ele registrou que em 2009 aumentou o número de ministérios que tiveram seus projetos repassados para a Caixa pelo sistema de convênios. César Borges disse que se criou um gargalo estrutural que está provocando o cancelamento de empenhos.

O senador citou o caso da Bahia. São 417 municípios distribuídos em 15 regiões econômicas, mas apenas três superintendências regionais da Caixa para atendê-los: Salvador, Feira de Santana e Itabuna. Segundo ele, a superintendência de Feira de Santana tem que atender 224 cidades.

– A Caixa não tem a capacidade operacional adequada para dar a fluidez necessária à grande demanda dos projetos encaminhados pelos municípios – disse César Borges, que enviou ofício, em novembro do ano passado, à presidente da Caixa, Maria Fernanda Ramos Coelho, pedindo providências.

O senador sugeriu a criação de quatro novas superintendências na Bahia, mas a resposta foi “lacônica”: “não há previsão de instalação de mais superintendências na Bahia”.

Líderes da oposição protestam contra manutenção de vetos presidenciais

Questão de ordem apresentada por Alvaro Dias pede que seja anulada sessão do Congresso em que foram mantidos vetos ao Orçamento de 2010 sob o argumento de falta de quórum no Senado. Valadares contesta interpretação

O SENADOR ALVARO Dias (PSDB-PR) apresentou ontem questão de ordem à Mesa do Senado para que seja anulada a sessão do Congresso Nacional de terça-feira à noite, na qual foram aprovados os vetos à Lei Orçamentária de 2010. O mais polêmico deles foi dado ao dispositivo do Orçamento que impedia a continuidade de obras da Petrobras nas quais o Tribunal de Contas da União (TCU) apontou irregularidades.

Alvaro Dias citou artigos da Constituição e do Regimento Comum do Congresso Nacional para demonstrar que não houve quórum no Senado para aprovar o veto, o que invalida a votação.

Para o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), no entanto, houve quórum qualificado na Câmara e, ali, os vetos do presidente da República foram aprovados. Portanto, concluiu, não haveria necessidade de computar os votos do Senado.



Alvaro Dias fundamenta questão de ordem na Constituição e no regimento comum

A Secretaria-Geral da Mesa do Congresso esclareceu ontem que, após a apuração dos votos dos deputados, verificou-se que a Câmara manteve o veto, o que tornou desnecessária a contagem dos votos dos senadores. Ao explicar esse procedimento, a secretária-geral, Claudia Lyra, disse que o Regimento Comum estabelece que a votação, nesses casos, começa pela Câmara.

– A apuração só começaria

pelo Senado se o projeto vetado tivesse origem nessa Casa.

Claudia Lyra também observou que a Constituição exige a rejeição simultânea das duas Casas para que se derrube um veto presidencial.

– Portanto, se uma das Casas mantém o veto, este está mantido – declarou.

Porém, Alvaro Dias (PSDB-PR) frisou que, como a Lei Orçamentária é deliberada pela Comissão

Mista de Orçamento (CMO), não há iniciativa privativa de nenhuma das Casas.

Um dos problemas apontados pela oposição também foi a falta de quórum por parte do Senado: teriam votado 26 senadores, abaixo dos 41 exigidos.

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) disse que, pela surpresa com a matéria, Valadares acabou respondendo de maneira completamente equivocada e sugeriu que lesse o documento apresentado por Alvaro Dias e refletisse melhor.

Para o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), esse não é um episódio banal, pois diz respeito a contratos da Petrobras que foram considerados irregulares, em vários níveis, pelo Tribunal de Contas da União, que enfrentou pressões poderosas.

Já o senador José Agripino (DEM-RN) afirmou que, para atingir alguns objetivos, o governo parece não se importar com os meios.

Papaléo: exame dos vetos foi uma vergonha

Papaléo Paes (PSDB-AP) considerou uma “vergonha” a sessão do Congresso de terça-feira para análise de vetos presidenciais. A oposição reivindica que a votação seja anulada.

– O que vimos foi um show de desorganização, de descrédito, de desconhecimento, de desrespeito aos regimentos das duas Casas, às leis democráticas do país – afirmou, mencionando que a base governista abandonou a sessão, “ciente de que o Executivo manda em tudo”.

– O que estamos vendo neste país é uma desordem generalizada – disse, recebendo o apoio de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e de Rosalba Ciarlini (DEM-RN).



Segundo Papaléo, houve desrespeito aos regimentos



Senador concorda com avaliação de FHC sobre Lula

Flexa Ribeiro: Dilma é um “Chávez de saias”

O Brasil poderá caminhar para “um regime como o de Hugo Chávez, da Venezuela”, segundo Flexa Ribeiro (PSDB-PA), se a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, for eleita presidente da República. Ele vê traços de autoritarismo no grupo que rodeia a pré-candidata do PT.

Por outro lado, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso “foi equilibrado” em suas críticas ao presidente Lula no artigo “Sem medo do passado”, disse.

– Na nova teoria do caos, elaborada pelo PT, está plantada a semente da intolância, do consenso forçado, da opinião única e que não aceita divergências – analisou.

ACM Júnior critica indiferença do TSE

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) acusou ontem o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de indiferença diante de “campanha explícita” que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estaria fazendo pelo país com sua “candidata mochila”, referindo-se à ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. O senador considerou o “objetivo eleitoral tão flagrante que, nos comícios, o que menos se ouve é sobre o que se estaria inaugurando”.

ACM Júnior citou a viagem “às custas do erário” que, na terça-feira, Lula e parte do primeiro escalão do governo fizeram a Minas Gerais para inaugurar 98 casas.



Senador vê “campanha explícita” de Lula e Dilma

APRENDIZES TERÃO QUE FAZER AULAS DE DIREÇÃO TAMBÉM À NOITE

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) deverá ser alterado para tornar obrigatória a realização de aulas de direção à noite. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem, terminativamente, a medida sugerida pelo Projeto de Lei da Câmara 113/09. Conforme a proposta, parte da aprendizagem terá de ocorrer

durante a noite e a carga horária mínima deverá ser fixada pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

Hoje, o CTB fixa que a aprendizagem só poderá realizar-se nos termos, horários e locais determinados pelo órgão executivo de trânsito e com o aprendiz acompanhado por instrutor autorizado.

MULTA MAIOR PARA QUEM TENTA PROTETAR AÇÃO NA JUSTIÇA

A CCJ aprovou projeto que altera o Código de Processo Civil para tornar mais severas as sanções impostas a quem apresentar na Justiça o recurso conhecido como “embargo de declaração” com o único propósito de protelar uma decisão final do juiz.

O projeto do deputado Regis Oliveira

(PSC-SP) eleva a multa proporcionalmente à quantidade de embargos “meramente protelatórios”. No primeiro, a multa aumenta de 1% para 5% sobre o valor conferido à causa judicial. No caso de injustificada reiteração dos embargos, a multa passa a ser fixada entre 10% e 20% sobre o valor da causa.

Projeto aprovado em decisão terminativa pela CCJ determina que a polícia deve iniciar investigação tão logo seja comunicada do desaparecimento de criança ou adolescente

Busca a menor desaparecido deve começar sem demora

A AUTORIDADE POLICIAL deverá dar início às investigações para a localização de criança ou adolescente desaparecido logo que tenha conhecimento do fato. A determinação está prevista em projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

As primeiras providências, conforme a proposta (PLS 285/05), incluirão a comunicação à Polícia Rodoviária, aos portos e aeroportos, além das companhias de transportes. Atualmente, a polícia espera 24 horas para adotar as diligências iniciais sobre o desaparecimento.

A proposta inicial de Simon previa que os órgãos policiais



Emenda de Valdir Raupp garante maior rapidez nas diligências

deveriam registrar comunicados relativos ao desaparecimento de crianças e adolescentes uma

hora após a notificação, dando início às investigações para localização do menor em, no máximo, seis horas após a formalização da ocorrência. Mas o relator do projeto, Valdir Raupp (PMDB-RO), apresentou emenda para que a procura seja iniciada logo após o comunicado.

Luziânia

Durante a discussão, os senadores Romeu Tuma (PTB-SP), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Marconi Perillo (PSDB-GO) e Marco Maciel (DEM-PE) parabenizaram Simon pela iniciativa, considerada oportuna principalmente por coincidir com o episódio do desaparecimento de sete menores no município de Luziânia, em Goiás.

Prisão e multa para quem divulgar teste de paternidade

Quem exibir ou revelar, em meios de comunicação, prova ou documento integrante de um processo judicial de investigação de paternidade poderá ser condenado a uma pena de três a oito anos de prisão, além de multa. É o que prevê proposta aprovada ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Pelo PLS 81/05, que inclui o artigo 240-A no Estatuto da Criança e do Adolescente, pratica crime quem divulgar tais provas ou documentos ou aqueles protegidos por segredo de justiça, "submetendo criança ou adolescente ou gestante a

situações constrangedoras ou vexatórias em face do suposto pai".

O relator na CCT, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), adotou o mesmo substitutivo aprovado anteriormente pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), proposto pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Segundo Crivella, a medida é necessária para acabar com os "espetáculos deprimentes e mesmo vexatórios" que têm sido feitos em torno da divulgação de testes de DNA pela mídia brasileira, como prova de paternidade de alguém que, em princípio, se recusava a assumi-la.



Roberto Cavalcanti (D), ao lado de Zambiasi e ACM Júnior durante reunião da CCT

Pai pode sacar FGTS para ajudar filho a comprar imóvel

O trabalhador poderá ter o direito de sacar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para ajudar o filho maior de 21 anos, casado ou em união estável, a comprar imóvel próprio. O benefício está previsto em projeto de lei (PLS 375/09) de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O relatório favorável foi de Lúcia Vânia (PSDB-GO). Cabe à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) decisão terminativa sobre a proposta.

Para gozar do benefício, o filho do titular da conta vinculada do FGTS não poderá ser proprietário ou promitente comprador de imóvel. Os recursos do fundo poderão ser usados para pagamento de parte das prestações de empréstimo junto ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH); liquidação ou amortização de saldo devedor de financiamento; ou pagamento total ou parcial de imóvel construído ou lote urbanizado de interesse social não construído.

Jarbas argumenta que o detentor dos recursos do FGTS deve ter maiores possibilidades de utilização do fundo.

CDH debaterá estrutura sindical, aposentadoria e os dekasseguis

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem dois requerimentos apresentados pelo senador Paulo Paim (PT-RS) para realizar debates sobre a estrutura sindical brasileira e os aspectos relacionados a periculosidade, a insalubridade e a aposentadoria especial na vida do trabalhador.

As audiências públicas – que ainda serão marcadas – vão ocorrer em conjunto com a

Subcomissão do Trabalho, Previdência e Emprego, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Outro requerimento aprovado, do senador Flávio Arns (PSDB-PR), sugere debate a fim de se encontrar rápida solução para os problemas enfrentados por brasileiros descendentes de japoneses – os chamados dekasseguis – que emigraram para o Japão em busca de melhores oportunidades de emprego.



Gilberto Goellner (entre Jefferson Praia e Jayme Campos) relatou o projeto

Sorriso, em Mato Grosso, pode ganhar zona de exportação

Sob a presidência do senador Neuto de Conto (PMDB-SC), a Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou a criação de uma zona de processamento de exportação (ZPE) no município de Sorriso (MT), com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais no país. A matéria segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Ao relatar o PLS 511/09, o senador Gilberto Goellner (DEM-MT) lembrou que só o

Poder Executivo tem competência para criar, efetivamente, uma ZPE. A Lei 11.508/07 dá ao Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação poder para decidir sobre a viabilidade e oportunidade de implantar uma ZPE de acordo com sua capacidade de efetivar exportações.

O senador Jayme Campos (DEM-MT) propôs que a CDR envie pedido ao Ministério da Fazenda para prorrogar o prazo de implantação das ZPEs, que se encerra em junho.

Roraima deve receber região integrada de desenvolvimento

A criação, pelo Executivo, da Região Integrada de Desenvolvimento de Boa Vista, Alto Alegre, Cantá e Mucajaí e a instituição de programa especial de desenvolvimento desses municípios de Roraima foram aprovadas ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto (PLS 522/09 – Complementar), de Romero Jucá (PMDB-RR), segue agora para exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

(CDR). O senador disse esperar que a medida promova o crescimento econômico de Roraima e a melhoria da qualidade de vida da população.

Entre os programas e projetos prioritários para a região, o texto destaca os de recursos hídricos, meio ambiente, turismo, infraestrutura básica e geração de empregos. Está prevista a criação de linhas de crédito especiais e isenções e incentivos fiscais temporários.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Silhesharenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marconi Perillo • Jefferson Praia • José Nery • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Silvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Edson de Almeida, Flávio Faria, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves
Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

TCU deverá fazer auditoria anual nas agências reguladoras

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei (PLS 438/07) do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que submete as agências reguladoras, todos os anos, a auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas da União (TCU). Agora, a proposta será discutida em caráter terminativo pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O texto aprovado recebeu emenda do relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), de-

terminando o envio ao Senado e à Câmara dos resultados do trabalho realizado pelo TCU até 31 de maio de cada exercício.

Camata acredita que as regras de funcionamento das agências precisam mudar, tanto para preservar sua autonomia e independência quanto para suprir lacunas e corrigir problemas encontrados nos primeiros anos de existência dessas entidades.

Em seu voto, Jereissati avaliou que o PLS 438/07 avança no controle externo da administração indireta federal por meio da fiscalização periódica das agências reguladoras.

Aprovação em bloco de votos de aplauso acelera os trabalhos

Para tornar mais ágil o trabalho da comissão, o presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), decidiu que, a partir de agora, os requerimentos de votos de aplauso serão votados em bloco. Ontem mesmo, sete propostas foram aprovadas no novo sistema.

O senador Marco Maciel (DEM-PE), ex-presidente da CCJ, elogiou a adoção do procedimento, que impede que o processo consuma tempo destinado à análise de projetos ao mesmo tempo em que responde às solicitações dos senadores.

Três desses requerimentos foram apresentados pelo senador Marconi Perillo (PSDB-GO), que pediu voto de aplauso para o deputado federal e presidente do PSDB de Goiás, Leonardo Vilela, pela publicação do artigo "Leite: na base da pressão" no jornal *O Popular*; para o escritor Elias Celso Galvêas pela publicação do livro *China: século XXI: o despertar do dragão*; e para o presidente do Instituto Teo-

tônio Vilela, Luiz Paulo Vellozo Lucas.

Nos outros quatro requerimentos, o senador Magno Malta (PR-ES) solicitou voto de aplauso pela passagem do jubileu de ouro da Convenção das Assembleias de Deus no Estado do Espírito Santo; o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) dirigiu voto de aplauso ao município de Juriti (PA) e à Alcoa América Latina e Caribe pelo início da operação de sua mina de bauxita na localidade.

Já Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e outros senadores pediram que a Confederação Nacional de Municípios (CNM) fosse cumprimentada pela defesa dos interesses dos municípios brasileiros.

Finalmente, Flávio Arns (PSDB-PR) requereu voto de felicitação ao povo paranaense, nas pessoas das autoridades eclesiais e do poder público estadual, pela Festa do Rocio, comemorada todo dia 15 de novembro na cidade de Paranaguá (PR).

STJ garante prerrogativa para ratificar sentenças estrangeiras

Decisões jurídicas tomadas no exterior só serão aplicadas no Brasil se homologadas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). A determinação da Constituição federal poderá ser, enfim, incluída no Código de Processo Civil (CPC), já que a CCJ aprovou ontem projeto (PLC 70/08) do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT).

A matéria, que teve como relator o senador Raimundo Colombo (DEM-SC), segue para decisão do Plenário. Se for aprovada, vai à sanção presidencial.

A alteração, alegou o autor, é necessária para adequar o texto do CPC à modificação sofrida pela Constituição por meio da Emenda Constitucional 45/04, quando a competência de homologação de sentença estrangeira foi transferida do Supremo Tribunal Federal (STF) para o STJ.

Assim, desde 2008, cabe ao STJ processar e julgar as sentenças de tribunais estrangeiros, bem como ordenar a execução das cartas rogatórias (instrumento jurídico sem poder executório utilizado entre nações). Isso sig-



Para Colombo, projeto só atualiza a redação do Código de Processo Civil

nifica que uma decisão judicial, se não acatada pelo STJ, não tem eficácia no Brasil.

O projeto de Carlos Bezerra foi apresentado em 2008 e não deve enfrentar dificuldades para aprovação no Plenário, já que, conforme observou Colombo, está de acordo com princípios gerais do direito e da Constituição, pois pretende apenas atualizar a redação do Código de Processo Civil, cujo texto passa, inclusive, por revisão por uma comissão especial criada pelo Senado.

CCJ aprova texto prevendo concessão a categorias específicas, que, de acordo com o relator, estão expostas a conflitos decorrentes do dever funcional

Oficial de justiça e perito do INSS poderão portar arma

O AGENTE PÚBLICO exposto à explosão de violência no atendimento ao cidadão – como o auditor fiscal do trabalho, o perito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o defensor público e o oficial de justiça – poderá ter direito a portar arma de fogo para se defender de eventual ataque no exercício da profissão. Isso é o que prevê projeto (PLC 30/07) aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta vai agora à análise da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Relator do projeto, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) apresentou voto favorável à iniciativa. Ele diz ter recebido de entidades representativas de tais categorias a narrativa de casos e incidentes que justificam plenamente a concessão desse porte de arma.

– No tocante à perícia médica da Previdência Social, recentemente a chefe desse serviço em Governador Valadares (MG), Maria Cristina Felipe da Silva, de 56 anos, foi assassinada com três



Jereissati (D, com Demostenes) diz que porte será referente a arma da instituição

tiros, na porta de casa. A polícia trabalhou inicialmente com a hipótese de latrocínio, que acabou sendo abandonada, já que nada foi levado. Os policiais agora acreditam que o assassinato foi motivado pela função da vítima – argumentou.

Segundo Jereissati, essas categorias específicas cumprem função em nome do Estado e suas entidades e estão frequentemente expostas aos mais variados conflitos, decorrentes

exatamente do cumprimento do seu dever funcional. Nada mais justo, diz ele, que o próprio Estado lhes assegure alguma forma de proteção.

Explica ainda o relator que esse porte só contemplará a arma fornecida pela instituição onde trabalha o agente público, que deverá receber treinamento para tal. A eventual propriedade particular de arma de fogo não será alcançada por essa autorização legal.

Preso flagrado com telefone terá pena agravada

O detento flagrado com aparelho telefônico, de rádio ou similar dentro de presídio poderá ter sua pena aumentada de dois a cinco anos. A pessoa que fornecer o equipamento também estará sujeita a detenção por igual período, com mais um terço caso o crime tenha sido praticado por funcionário público. A medida consta de proposta aprovada ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Apresentado por Romeu Tuma (PTB-SP), o projeto (PLS 6/08) altera o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40). O relator, Gerson Camata (PMDB-ES), sugeriu mudanças no texto



Camata: posse de aparelho deve render mais dois a cinco anos de pena

original. Tuma determinava que o preso flagrado com qualquer tipo de aparelho de comunicação teria sua pena agravada em um terço. Camata propôs que o agravamento de pena para preso flagrado com o equipamento

seja de dois a cinco anos.

Ao longo da reunião, Camata retirou parte de sua emenda, alertado por Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que recebeu a sugestão de um morador de Santa Catarina.

– Do jeito que está, o texto propiciará aos advogados de defesa desqualificar o delito quando não ficar comprovado que o uso do aparelho foi com o objetivo de praticar crime – explicou Zambiasi.

A sugestão foi elogiada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que preside a CCT.

– O sistema de comunicação do Senado permite que a sociedade brasileira participe também das reuniões – disse ele.

Reunião da CPI do MST aprova 66 requerimentos

Técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) que analisaram a aplicação de recursos federais por entidades ligadas ao campo e à reforma agrária devem ajudar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a investigar possíveis irregularidades em convênios da União com essas organizações.

O assunto foi tema de um dos 66 requerimentos aprovados pela CPI na reunião de ontem, presidida pelo senador Almeida Lima (PMDB-SE). Ao TCU e à Controladoria-Geral da União (CGU), a comissão



Deputado Jilmar Tatto e senador Almeida Lima (D)

pediu informações sobre todas as auditorias do controle externo do Executivo que tenham apontado irregularidades em convênios de órgãos federais com entidades que atuam na questão agrária.

Dez ministérios – Desenvolvimento Agrário; Esportes; Cultura; Pesca e Aquicultura; Saúde; Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Educação; Trabalho e Emprego; Meio

Ambiente; e Direitos Humanos – deverão fornecer à CPI informações sobre convênios feitos com entidades ligadas ao campo.

O presidente do TCU, ministro Ubiratan Aguiar, foi convocado para esclarecer tomadas de contas especiais e auditorias para investigar desvios e irregularidades constatados desde 2006 em convênios e contratos assinados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para repassar dinheiro para entidades.

Os parlamentares querem conhecer as conclusões de auditorias sobre o financiamento de 26 entidades por meio de 167 convênios. O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, terá de informar as ações do Ministério Público Federal para coibir esses desvios.

Plenário se une para banir o trabalho escravo

Vinte e cinco mil brasileiros, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), podem estar hoje submetidos a condições parecidas às do trabalho escravo. Para ajudar no combate a essa prática criminosa, o Senado criou uma subcomissão permanente presidida pelo senador José Nery (PSOL-PA). Ontem, parte da sessão do Plenário foi dedicada à

discussão do problema. Um dos 13 senadores a falar, Nery anunciou a criação de uma Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo, a ser instalada em 25 de fevereiro, com 195 deputados e 55 senadores. A sessão especial ocorreu duas semanas após o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo (28 de janeiro), criado para lembrar o assassinato em Unai (MG),

em 2004, de três auditores do trabalho e de um motorista que investigavam denúncias de escravidão em fazendas locais. O vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), fez uma homenagem à missionária norte-americana Dorothy Stang – cujo assassinato completa cinco anos hoje –, que “tombou vítima de latifundiários que praticam o trabalho escravo”.

Para José Nery, problema ainda está longe de ser resolvido

Nos últimos 15 anos, foram libertadas 38 mil pessoas encontradas em condições análogas às de escravo – 10 mil apenas no Pará.

Por isso, o senador José Nery, que sugeriu a sessão especial de ontem e também é o autor da lei que criou a semana e o dia de combate ao trabalho escravo (Lei 12.064/09), acha que nada há para ser celebrado ou comemorado, uma vez que não se tem constatado a redução dessa prática no país.

Para ele, o 28 de janeiro deve ser usado para lembrar as diversas iniciativas de combate a esse “crime gravíssimo”, mas lamentou que os mandantes e os executores da chacina de

Unai ainda se encontrem em liberdade (um deles exerce mandato eletivo).

Nery avaliou que a criação da frente parlamentar será mais um instrumento na luta contra essa forma de exploração.

– A adesão à frente parlamentar significa o apoio a todas as iniciativas que visem banir essa chaga social – esclareceu.

O parlamentar informou também a elaboração de um manifesto com 1 milhão de assinaturas pedindo a aprovação, pela Câmara, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 431/01, que prevê a expropriação das terras nas quais for constatado o trabalho escravo. A PEC já foi aprovada pelo Senado.



José Nery, presidente da subcomissão permanente que discute o problema: “É preciso banir essa chaga social”

Waldemir Barreto

EDUARDO AZEREDO

A apreensão dos bens e produtos utilizados pelos que exploram o trabalho escravo foi defendida por Eduardo Azeredo (PSDB-MG), ao lembrar a aprovação em 2005, pelo Senado, de projeto de Tasso Jereissati (PSDB-CE) que coíbe o uso de mão de obra forçada.

Conforme o senador, o projeto (PL 5.016/05), que se encontra parado na Câmara, também aumenta a pena desse crime para cinco a dez anos de reclusão e impede a empresa envolvida no delito de participar de licitações.

ROSALBA CIARLINI

A existência de trabalho escravo no Brasil, no ano de 2010, “deixa o país envergonhado”. Pior ainda, lamentou Rosalba Ciarlini (DEM-RN), é o fato de que até crianças e adolescentes são submetidos à escravidão (ou a situações semelhantes) em pleno século 21.

A senadora declarou seu apoio à PEC 438/01, que determina a expropriação de terra onde for constatada a exploração de trabalho escravo e reversão da área em assentamento para as vítimas que nela trabalhavam.

JEFFERSON PRAIA

A “lista suja” do trabalho escravo, divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, evidencia que essa prática desumana constitui grave problema sobretudo na Amazônia, com 100 das 164 ocorrências, assinalou Jefferson Praia (PDT-AM).

– Praticamente todos os casos estão ligados à expansão predatória da fronteira agropecuária na vasta área tristemente conhecida como arco do desmatamento – disse, destacando que a maioria dos casos concentra-se em São Félix do Xingu, no Pará.

ARTHUR VIRGÍLIO

As formas de trabalho escravo no campo são óbvias, na opinião de Arthur Virgílio (PSDB-AM), para quem o país registra inúmeros outros casos de “escravidão subterrânea”.

Ele deu o exemplo da falta de oportunidade de estudar, que perpetua a injustiça social. Pode também ser considerado trabalho escravo, para o senador, o daquele trabalhador que se sujeita a exercer uma atividade sem carteira assinada, sem pagamento de previdência e a consequente expectativa de uma aposentadoria.

FLÁVIO ARNS

A existência de trabalho escravo no Brasil “é fruto da negação histórica dos direitos humanos”, afirmou Flávio Arns (PSDB-PR). Na opinião do senador, para erradicar essa prática, o país precisa garantir o acesso à educação e à saúde aos menos favorecidos, além de moradias decentes, alimentação e trabalho digno.

O parlamentar ressaltou ainda que a solidariedade e a conscientização da população são essenciais para que o trabalho escravo seja erradicado.

INÁCIO ARRUDA

A aprovação, pela Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 231/95, que reduz a jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas foi defendida por Inácio Arruda (PCdoB-CE). Ele afirmou que “não se pode arriar a bandeira da defesa dos direitos dos trabalhadores”.

Criticando os que se colocam contra a medida, Inácio Arruda argumentou que, “diante de um mundo de sofisticada tecnologia, não se pode negar a redução da jornada”.

ROMEU TUMA

Para o senador do PTB de São Paulo, o Ministério do Trabalho e Emprego deve “atuar forte”, sobretudo no período de colheita agrícola, para combater os aliciadores (“gatos”) de trabalhadores para mão de obra escrava.

Romeu Tuma acha que os trabalhadores resgatados pelos fiscais não deveriam ser dispensados do trabalho, mas mantidos na função com carteira assinada e todas as garantias previstas pela legislação trabalhista, evitando que fossem novamente aliciados.

RENATO CASAGRANDE

O senador lamentou que ainda persistam práticas “do Brasil Colônia”, em que “falsos empresários” se aproveitam da pobreza e da falta de informações para levar trabalhadores a fazendas isoladas, onde vivem como escravos.

– O trabalho escravo perdura pela cultura, pelo modelo de desenvolvimento de capitalismo selvagem que ainda temos no Brasil – disse Renato Casagrande (PSB-ES), que convocou o Congresso a aprovar punições mais severas para esse crime.

EDUARDO SUPLYCY

A total implantação do programa Renda Básica da Cidadania, que garante um valor mínimo a cada cidadão brasileiro para o seu sustento, ajudará a eliminar o trabalho escravo no país, avaliou Eduardo Suplicy (PT-SP).

Ele salientou que, assistido pelo programa, o trabalhador terá condições de rejeitar “propostas inescrupulosas” de grandes proprietários de terras.

Suplicy lembrou que em 1992 foi ao sul do Pará para conhecer as degradantes condições de trabalho na região.

PAPALÉO PAES

A persistência do trabalho escravo resulta da crônica falta de solução para os problemas sociais e morais mais graves, “da enorme desigualdade social e da escandalosa impunidade dos criminosos”, disse Papaléo Paes (PSDB-AP).

Para o senador, milhões de brasileiros pobres ou miseráveis são presas fáceis para os “gatos”, que levam os trabalhadores para áreas de fronteira agrícola, onde empregadores exploram essa mão de obra em regime análogo ao da escravidão.

FÁTIMA CLEIDE

A realidade do trabalho escravo no Brasil “é bem pior do que um pesadelo”, mesmo com todos os esforços da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do governo federal, avaliou Fátima Cleide (PT-RO). A senadora lamentou que ainda sejam encontrados no país “senhores de engenho disfarçados de empregadores”.

– De forma sórdida e exploratória, mais de 25 mil brasileiros são cerceados em sua liberdade e se mantêm acorrentados aos seus patrões – disse a senadora.

MÃO SANTA

Os dados do Ministério do Trabalho e Emprego – entre 1995 e 2009, mais de 36 mil trabalhadores foram resgatados – são “assustadores”, mas também revelam o progresso do país no combate a esse crime, avalia o senador.

Segundo Mão Santa (PSC-PI), os esforços brasileiros têm recebido reconhecimento internacional, mas, onde “grandes ambições e poder econômico exacerbados” estão associados à pobreza extrema e à falta de perspectivas sociais, a situação ainda é “muito grave”.